

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP

ASSESSOR JURÍDICO

CADERNO DE QUESTÕES – PROVA OBJETIVA

Número da Inscrição: _____

Nome do Candidato: _____

CONCURSO PÚBLICO– Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP

Cargo: Assessor Jurídico

Língua Portuguesa



1- Acerca da charge acima, é possível afirmar, sobretudo, que:

- a) A Justiça ataca.
- b) A Justiça é lenta.
- c) A Justiça é guerreira.
- d) A Justiça é feminina.
- e) A Justiça é brasileira.

2- Leia:

“_____ ter sucesso, estude.”

“Estava fraco e _____ tinha comida em casa.”

- a) Se quer, se quer.
- b) Sequer, sequer.
- c) Se quer, sequer.
- d) Sequer, se quer.
- e) Se quer, siquer.

3- Deve haver hífen em:

- a) Eletroótica.
- b) Antissemita.
- c) Coadministrar.
- d) Neorealismo.
- e) Desumano.

4- A palavra “esquentar” é formada por derivação:

- a) prefixal.
- b) sufixal.
- c) regressiva.
- d) parassintética.
- e) imprópria.

5- “Aquele súcia me incomodava profundamente.”

A palavra grifada é o coletivo de:

- a) Desonestos.
- b) Soviéticos.
- c) Sons.
- d) Animais ferozes.
- e) Insetos.

6- Quem nasce na Colômbia é:

- a) Colombiano.
- b) Colombino.
- c) Colombeano.
- d) Colombo.
- e) Chadiano.

7- “O prédio é muito alto.” A expressão grifada é:

- a) superlativo absoluto analítico.
- b) comparativo relativo.
- c) superlativo relativo de superioridade.
- d) superlativo absoluto sintético.

e) comparativo de superioridade.

8- Indique a alternativa em que o artigo tem valor qualitativo:

- a) Encontre-o, ele é o cozinheiro! Ninguém o supera.
- b) Aqueles são os alunos que lhe falei.
- c) Muito é a bagunça; pouca é a ordem.
- d) Paciência e sabedoria, esta qualidades não as tenho.
- e) As dúvidas que a afligem não me deixam preocupado.

9- “Fritar” é um verbo:

- a) Regular.
- b) Irregular.
- c) Anômalo.
- d) Auxiliar.
- e) Abundante.

10- “Cientistas brasileiros também vasculharam áreas intocadas do Sertão.”

Caso o segmento acima seja transposto para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) foram vasculhadas.
- b) vasculhavam-se.
- c) eram vasculhadas.
- d) foram vasculhando.
- e) tinham vasculhado.

11- “Você podia me entregar os livros agora e evitar a preocupação depois.”

Os termos destacados expressam, respectivamente, circunstâncias de:

- a) tempo e de tempo.
- b) modo e de causa.
- c) afirmação e de causa.
- d) tempo e de modo.
- e) intensidade e de tempo.

12- “Bons ventos o trazem!”

A frase acima é:

- a) Interrogativa.
- b) Imperativa.
- c) Exclamativa.
- d) Declarativa.
- e) Optativa.

13- “Aos pobres, nega-lhes tudo.”

O objeto indireto pleonástico é:

- a) Aos.
- b) pobres.
- c) nega-lhes.
- d) lhes.
- e) tudo.

14- “Seus olhos, lindos oceanos, fazem-me acreditar no amor.”

O aposto é:

- a) Explicativo.
- b) Enumerativo.
- c) Resumidor.
- d) Comparativo.
- e) Distributivo.

15- “Os candidatos pediram que a prova fosse adiada.”

A oração é substantiva.

- a) subjetiva.
- b) objetiva direta.

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP**

- c) objetiva indireta.
- d) completiva nominal.
- e) predicativa.

16- “Suas roupas, se não eram destruídas ou roubadas, eram guardadas.

Pode substituir o elemento sublinhado sem que o sentido seja alterado:

- a) quando.
- b) caso.
- c) desde que.
- d) embora.
- e) como.

Conhecimentos Específicos

17- De acordo com o decreto lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967- Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

18- De acordo com o decreto lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967- Art. 2º O processo dos crimes definidos no artigo anterior é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações:

I - Antes de receber a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias. Se o acusado não for encontrado para a notificação, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a defesa, dentro no mesmo prazo.

II - Ao receber a denúncia, o Juiz manifestar-se-á, obrigatória e motivadamente, sobre a prisão preventiva do acusado, nos casos dos itens I e II do artigo anterior, e sobre o seu afastamento do exercício do cargo durante a instrução criminal, em todos os casos.

III - Do despacho, concessivo ou denegatório, de prisão preventiva, ou de afastamento do cargo do acusado, caberá recurso, em sentido estrito, para o Tribunal competente, no prazo de cinco dias, em autos apartados. O recurso do despacho que decreta a prisão preventiva ou o afastamento do cargo terá efeito suspensivo.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

19- De acordo com o decreto lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967- Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e

sancionadas com a cassação do mandato:

I - Impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

20- De acordo com o decreto lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967- Art. 6º Extingue-se o mandato de Prefeito, e, assim, deve ser declarado pelo Presidente da Câmara dos Vereadores, quando:

I - Ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos, ou condenação por crime funcional ou eleitoral.

II - Deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

III - Incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

21- De acordo com o decreto lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967- Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:

I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

II - Fixar residência dentro do Município;

III - Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decore na sua conduta pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

22- De acordo com a LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992- Analise as afirmativas:

I- Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

II- Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

III- Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou

**CONCURSO PÚBLICO– Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP**

hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

IV- Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas IV
- e) Todas as afirmativas

23- De acordo com a LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992- Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

24- De acordo com a LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992- Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

I- § 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

II- § 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

III- § 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

25- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal- Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui

receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

I- § 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

II- § 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

III- § 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

26- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal- Art. 19. Para os fins do disposto no [caput do art. 169 da Constituição](#), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados- I - União:

- a) 20% (vinte por cento);
- b) 30% (trinta por cento);
- c) 40% (quarenta por cento);
- d) 50% (cinquenta por cento);
- e) 60% (sessenta por cento).

27- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal- Art. 19. Para os fins do disposto no [caput do art. 169 da Constituição](#), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados- II - Estados:

- a) 30% (trinta por cento);
- b) 40% (quarenta por cento);
- c) 50% (cinquenta por cento);
- d) 60% (sessenta por cento);
- e) 70% (setenta por cento).

28- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal- Art. 19. Para os fins do disposto no [caput do art. 169 da Constituição](#), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados- III - Municípios:

- a) 30% (trinta por cento);
- b) 40% (quarenta por cento);
- c) 50% (cinquenta por cento);
- d) 60% (sessenta por cento);
- e) 70% (setenta por cento).

29- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal- Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais - I - na esfera federal:

- a) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o

**CONCURSO PÚBLICO – Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP**

Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
b) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
c) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
d) 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;
e) 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União.

30- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal-Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais - I - na esfera federal:

- a) 2% (dois por cento) para o Judiciário;
- b) 4% (quatro por cento) para o Judiciário;
- c) 6% (seis por cento) para o Judiciário;
- d) 8% (oito por cento) para o Judiciário;
- e) 12% (doze por cento) para o Judiciário.

31- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal-Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

32- De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 de responsabilidade fiscal-Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

33- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- DESPESAS DE CAPITAL

I- Investimentos

II- Inversões Financeiras

III- Transferências de Capital

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

34- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- Art. 24. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá:

I - as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou a setores da administração ou da economia;

II - as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam;

III - em anexos, as despesas de capital das entidades referidas no Título X desta lei, com indicação das respectivas receitas, para as quais forem previstas transferências de capital.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e II
- e) Todas as afirmativas

35- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

I- alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão II- conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III- conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

IV- conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas IV
- e) Todas as afirmativas

36- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro

**CONCURSO PÚBLICO– Edital nº 01/2016
CÂMARA MUNICIPAL DE MESÓPOLIS/SP**

para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

37- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

38- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- Art. 92. A dívida flutuante compreende:

I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - os serviços da dívida a pagar;

III - os depósitos;

IV - os débitos de tesouraria.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas IV
- e) Todas as afirmativas

39- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal- analise as afirmativas:

I- Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

II- Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

III- Art. 97. Para fins orçamentários e determinação dos devedores, ter-se-á o registro contábil das receitas

patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas

40-- De acordo com a LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964- Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal-

I- Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

II- Art. 69. Não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.

III- Art. 70. A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Todas as afirmativas
- e) Nenhuma das afirmativas